

**IDEOLOGIA E DISCURSO: APROXIMAÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO
DAS TEORIAS DE LUKÁCS E BAKHTIN¹**

Maria Virgínia Borges Amaral²

RESUMO

Neste estudo faz-se uma discussão acerca dos conceitos de ideologia e discurso a partir de uma interlocução com o pensamento lukacsiano e bakhtiniano. Compreende-se que o discurso não é indiferente à prática social, por isso se põe concretamente no mundo mediado por um trabalho de reflexão. Demonstra-se que a Análise do Discurso permite a apreensão da realidade objetiva na qual se põem as possibilidades e os limites de um discurso.

Palavras-chave: Ideologia. Discurso e prática social.

Em todas as esferas da prática social, seja na relação do homem com a natureza, seja na relação dos homens com os outros homens, há a necessidade de uma tomada de decisão entre as alternativas que se põem para a ação. Trata-se do momento ideal, da prévia-ideação. Toda prática social tem um momento ideal em que são estabelecidos os fins, os objetivos a serem atingidos; esse momento faz parte da processualidade do ser social e é determinado pelo modo como os homens reagem para produzir e reproduzir a sua existência. As atividades intelectuais do homem, como formas de concretude da consciência, não são, portanto, atributos da "alma" ou do "saber absoluto", como acredita uma filosofia de cunho racionalista-idealista²; são na verdade formas diversas sobre cujas bases os homens organizam cada uma das suas ações e reações ao mundo objetivo. Os homens precisam sempre e de algum modo dessas formas para a defesa e a construção de sua existência (VAISMAN, 1989).

O homem tem necessidade desse momento ideal para reproduzir sua vida, suas necessidades; nesse processo de produção, elas se vão tornando cada vez mais complexas, exigindo também novas formas de respostas às necessidades específicas:

Respostas que podem visar à solução de problemas colocados a nível imediato, na própria vida cotidiana, ou podem estar voltados à solução de problemas de caráter genérico. Em ambos os planos elas são medidas por algum tipo de produção espiritual, formando o conjunto das posições teleológicas (excluindo aqui o trabalho) onde a ideologia desempenha o papel de prévia ideação. Ou seja, a ideologia, em qualquer uma das suas formas, funciona como um momento ideal, que antecede o desencadeamento da ação, nas posições teleológicas secundárias" (VAISMAN, 1989, p. 416).

Nesse sentido, considerando que as idéias em geral fazem parte da história humana e são determinadas, através de múltiplas mediações, pelo modo como os homens produzem e reproduzem sua vida, o momento ideal pode vir a ser constituído pelo conteúdo dessas produções espirituais em sua possível função ideológica (VAISMAN, 1989).

Na análise que fez de alguns estudiosos marxistas que se debruçaram sobre a questão da ideologia, Lukács ressaltou o mérito dessas produções de terem posto em evidência o duplo significado que está nas raízes do termo "ideologia". Se, de um lado, os marxistas entenderam por ideologia a superestrutura ideal que necessariamente surge de uma base econômica, de outro, ideologia é concebida como uma elucubração arbitrária de pessoas singulares. Nas palavras de Lukács (1986, p. 8):

É uma superficialidade moderna aquela que sendo sempre o homem quem toma a decisão conclui que o homem é independente da sociedade. Certamente o homem pode isolar-se em determinadas condições sociais, mas estas, assim como as reações a elas, são justamente de caráter social. Neste sentido podemos afirmar que ser pessoa, realizar uma atividade pessoal e reagir adequadamente ao ser precisamente assim histórico social são dois lados coligados do mesmo complexo.

Todas as realizações do homem estão determinadas por essa dupla coligação, indivíduo e sociedade, que se consubstanciam em um só complexo – o *ser precisamente assim*. É nesse entrelaçamento que aparece o que se deve entender por ideologia, no sentido mais lato do termo: todas as atividades do homem, sejam práticas ou intelectuais, são determinadas pelo ser social; não se deve separar a individualidade da historicidade e da sociabilidade, nem aceitar uma em detrimento da outra.

Grande parte das produções teóricas contrapõe a noção de ideologia à de ciência, ou seja, "o fenômeno ideológico é comparado a uma câmara escura que inverte o real de

forma a mascarar as contradições entre os homens e legitimar relações de dominação e exploração" (LESSA, 1994, p. 24). A idéia que repercute a respeito de ideologia é a que, analogamente, a compreende apenas como um fenômeno de consciência ilusória ou *falsa consciência*, contrariando a propositura de objetividade e exatidão que fundamentaria as atividades científicas, o que vislumbraria o espírito da neutralidade da ciência ante os conflitos e o jogo de poder entre as classes sociais em uma sociedade burguesa, especificamente.

Lukács se empenha em romper com essa forma de entendimento, demonstrando que ideologia possui uma caracterização mais ampla, superadora das fronteiras que lhe foram atribuídas. Por isso, defende que em qualquer forma de manifestação do ser social estão presentes dificuldades que exigem determinadas respostas e, nesse processo, caracterizado pelo movimento entre *necessidade e satisfação*, o fenômeno ideológico se põe: "[...] os homens com o auxílio da ideologia trazem à consciência e combatem os seus conflitos sociais, cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico" (LUKÁCS, 1986, p. 9).

Esse caráter da ideologia, de auxiliar o conhecimento dos homens acerca das suas realizações sociais, pressupõe que os conflitos advindos do processo dessas realizações devam ser enfrentados apenas no plano socioeconômico, o que repercute na tomada desse conceito apenas como um instrumento de luta de classes. Mas a ideologia só é tomada como instrumento de luta de classes na medida em que o antagonismo de classes passa a fazer parte da realidade dos homens, apresentando-se como problemática vital, ou seja, ideologia é instrumento de conscientização e luta social nas sociedades divididas em classes. Por isso, é compreensível que as interpretações de ideologia, ao longo da história de teorias marxistas, tenham sido veiculadas simplesmente na acepção de ideologia como *falsa consciência*, relacionando ideologia e instrumento de luta de classes, por um lado, e, por outro, resguardando as atividades do conhecimento científico das influências negativas que adviriam desse jogo de força e poder.

Todavia, segundo Lukács, por serem os homens singulares portadores imediatos de qualquer atividade social, como também de conflitos, na imediaticidade esses conflitos se apresentam "como se fossem" contraposições entre interesses individuais ou entre grupos. Os grupos, por sua vez, se formam pela confluência de interesses das individualidades que se opõem a outros grupos. Esse jogo de interesses se configura na arena dos conflitos

sociais que devem e podem ser dirimidos a partir da eficácia de ação dos grupos em se fazerem aceitar pelo processo de convencimento ou de persuasão, de que os seus interesses coincidem com os da sociedade inteira.

Que isto, depois, seja efetuado com os instrumentos da persuasão ou então com a violência, aberta ou velada, produz tonalidades significativas, mas não é decisivo para o seu caráter de ideologia, assim como não o é a questão se o conteúdo dos fatos, das tendências sociais da época estejam em correspondência ou em contradição com elas, se a convicção que nas individualidades e nos grupos orienta o agir ideologicamente determinado seja sincera ou hipócrita etc (LUKÁCS, 1986, p. 9-10).

Sem negar a importância desses aspectos da ideologia, tomada como um instrumento de luta, para uma avaliação histórico-social da concretude de ideologias singulares, Lukács entende não ser essa uma característica decisiva determinante da ideologia em geral, mas uma questão fundamental para que se apreenda a centralidade da gênese da ideologia tomada no sentido restrito. Grupos sociais, com interesses antagônicos, intentam a hegemonia de seus interesses na sociedade, de maneira que o nascimento e a difusão das ideologias ou formas ideológicas diversificadas se efetivam, sempre, no contato geral da sociedade de classes.

Nessa perspectiva, ideologia é uma forma específica de respostas às necessidades e às situações conflituosas postas pelo desenvolvimento da sociabilidade. A ideologia tem, em sua gênese, a função básica de dirimir conflitos sociais, de regular a práxis coletiva, bem como de permitir ao indivíduo a compreensão do mundo em que vive, justificando a sua cotidianidade, tornando-a aceitável, natural, desejável; é isso que na perspectiva lukacsiana configura a ideologia *como uma função social*. A ideologia corresponde a uma necessidade social concreta. As sociedades precisam ordenar a sua prática social dentro de parâmetros compatíveis com a sua reprodução, por isso necessitam dar sentido à ação dos indivíduos, e a ideologia cumpre essa função: dar sentido às ações efetivas na práxis (prática do ser social). Assim, pode-se inferir que a complexificação da efetividade humana – a práxis social – implica o desenvolvimento de um conjunto de idéias e valores acerca do mundo e da vida, voltado à configuração de uma lógica que direcione os atos humanos, que responda a suas necessidades, dirimindo os conflitos gerados no processo da sociabilidade. O complexo de idéias que cumpre essa função é, pois, a *ideologia*.

1 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA EM ANÁLISE DO DISCURSO

O princípio básico de referência teórico-metodológica que norteou o estudo realizado, conforme dito na primeira nota deste artigo, foi que o discurso é essencialmente ideológico e expressa, numa elaboração sistemática³, a relação de uma singularidade com a sociedade global, ou seja, o discurso é uma particularidade que cumpre sua função na processualidade social de mediar a relação entre o singular e o universal⁴.

Cabendo à Análise do Discurso a compreensão da essencialidade constitutiva do objeto (o discurso) e não apenas da sua aparente forma, marcada pelos fenômenos lingüísticos, ao que se convencionou chamar de "superfície textual", tornou-se importante e indispensável durante a pesquisa realizada mais conhecimento acerca da concepção de ideologia. O que se pôs em discussão, pois, não foi só se o discurso tem ou não uma base ideológica, mas também o que se entende por ideologia.

Na interlocução que a Análise do Discurso tem estabelecido com filósofos marxistas (não necessariamente da linguagem), destaca-se, mais exatamente a partir da década de 60, M. Pêcheux, que procurou fundamentar, em uma perspectiva filosófica marxista, as primeiras reflexões sobre a Análise do Discurso na França.⁵

A tradução da obra de Bakhtin para o francês, no final da década de 60, também contribuiu para a discussão sobre os fundamentos filosóficos da análise do discurso. Seus escritos englobando tanto questões mais gerais da linguagem (*Marxismo e filosofia da linguagem*, 1929) como crítica literária (*Questões de literatura e de estética – a teoria do romance* – coletânea publicada originalmente na Rússia em 1975) podem ser considerados grandes influenciadores das produções que se propõem a contribuir para a estruturação de uma teoria do discurso e, mais especificamente, para a questão da ideologia no discurso.

Segundo Bakhtin, todo sujeito que enuncia estará sempre vinculado à sua sociedade, a um grupo social e suas formas ideológicas correspondentes. Diz ele: "A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação"⁶. Assim sendo, se o discurso for deslocado das condições concretas em que se processou não se sustenta, caindo na rede da

especulação, da razão que fala pela realidade, impedindo a sua real manifestação. O discurso está ligado às condições objetivas que o possibilita; sem esse requisito fundamental perderá seu alicerce, esvaindo-se na "desrazão"⁷.

Entre pensadores marxistas com os quais parte da lingüística tem mantido uma interlocução ao longo da história, destacamos os acima referidos para abrir um espaço e resgatar a contribuição de George Lukács, cuja leitura de Marx aprofundou os estudos sobre a ideologia. A obra de Lukács tem sido centro de atenção de alguns estudos desenvolvidos no Brasil, especificamente no campo das Ciências Sociais, da Política e da Arte⁸. O resgate de Lukács na interlocução com os lingüistas e em particular com os analistas do discurso levou-nos à recuperação de uma perspectiva de linguagem a partir de sua gênese e sua função na reprodução do ser social, permitindo uma leitura ontológica desse complexo. Com Lukács, a instauração da ontologia do ser social de Marx, a nosso ver, foi mais bem compreendida e aprofundada, sendo uma referência indispensável para melhor entender a problemática da relação entre formações ideológicas e formações discursivas⁹.

2 DA PALAVRA AO DISCURSO

Comprendemos que as formações ideológicas que se veiculam numa dada sociedade encontram o discurso como uma das formas de se objetivar. Certamente a primeira, por ser a forma particular que medeia as relações entre os homens. Nesse sentido o estudo do material verbal, da palavra enquanto a mais pura expressão desse particular – o discurso –, contribui para o entendimento da inter-relação dos determinantes de uma dada formação social (econômico, ideológico e político etc.) e com a prática profissional de grupos sociais específicos, no caso, o Serviço Social.

Segundo concebe Bakhtin :

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para os sistemas ideológicos

estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mas efêmeras das mudanças sociais.¹⁰

Vê-se como Bakhtin concebe a força do material verbal, da palavra na captação e compreensão da processualidade social. Quando se refere à palavra como "*indicador mais sensível...*", é meio pelo qual se institucionaliza poder e se permite transformação, palavra como material de conscientização. Por *sensível* entende-se não o que é relativo a "sentimentos", mas ao que é real, ao objetivo, ao concretamente posto. A palavra está sendo compreendida no seu sentido mais amplo, extrapola a condição de dado empírico observado e estudado pela lingüística formal, de raízes empiricistas.

Para Bakhtin, "a palavra é expressiva, mas essa expressividade (...) não pertence à própria palavra: nasce no ponto de contato entre a palavra e a realidade efetiva, nas circunstâncias de uma situação real, que se atualiza através do enunciado individual"¹¹. A palavra suplanta a característica de "unidade da língua" na medida em que se mantém em relação com uma realidade efetiva, com uma situação social, em que é proferida com expressividade, ganhando sua condição de discurso, de enunciado¹². Logo, a "palavra" que é referida e analisada por Bakhtin como um signo de natureza essencialmente ideológica¹³ é o próprio discurso. A palavra, por si só, não tem expressividade; somente o discurso tem sentido, pois só ele, enquanto particularidade, poderá expressar o que está posto no real, no mundo objetivo, no qual se inclui o próprio sujeito que enuncia.

O discurso se realiza no processo da relação social. Constitui-se no processo da *organização social* pelas condições efetivas em que se dá uma determinada organização. Por *organização social* entendemos determinada formação social, modo de produção que resguarda especificidades, modo particular de se constituir na universalidade¹⁴. O discurso, enquanto produto da consciência – "consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real"¹⁵ –, é definido em relação às particularidades de uma dada formação social. Nas relações sociais, consubstanciadas por um determinado modo de produção – o modo de produção capitalista –, estão assentadas as relações entre as classes fundamentais desse tipo de sociedade. A elas correspondem

posições políticas e ideológicas que sustentam os laços de aliança e/ou dirimem os conflitos gerados pelos antagonismos entre as classes.

Com efeito, um discurso expressa as idéias, a concepção de mundo de um dado grupo social de uma determinada formação social. Em outras palavras, idéias, concepção de mundo, expressam e refratam uma dada efetividade através do discurso. Ou, ainda, um discurso é a concreção de *formações discursivas* ancoradas em *formações ideológicas* que se confrontam numa dada *formação social*. Conforme Lukács:

na sociedade cada homem existe numa determinada situação de classe à qual naturalmente pertence a inteira cultura de seu tempo; não pode assim haver nenhum conteúdo de consciência que não seja determinado pelo 'hic et nunc' da situação atual (...) uma consciência pretensamente livre de liames sociais, que trabalha por si mesma, puramente a partir do interior, não existe e ninguém jamais conseguiu demonstrar sua existência. Creio que os chamados intelectuais desprovidos de vinculações sociais como também o slogan, hoje em moda do fim da ideologia, sejam uma pura ficção que não tem propriamente nada a ver com a efetiva situação dos homens reais da sociedade real"¹⁶.

Não existe consciência livre dos "liames sociais", da mesma forma como não existe discurso que seja unicamente produto do interior do indivíduo. É nesse sentido também que o "subjetivismo individualista", analisado por Bakhtin¹⁷, encontra seus limites. A efetividade dos homens é a grande força definidora do pensamento, das idéias *sistematicamente* postas nas formas de discurso.

Ao se tomar o discurso como objeto de estudo tem-se claro que sua análise remete à totalidade histórica em que foi produzido e encontra aí os seus limites onde se estabelece a relação concreta entre *quem diz*, *o que diz* e *a quem diz* o discurso. Nesse sentido compreendemos, também, o discurso como produto de um processo de relações entre indivíduos; é o resultado de um amplo e complexo trabalho interindividual "expresso" de forma oral ou escrita por uma singularidade¹⁸, que pode ser um indivíduo ou um grupo social.

Considerar o discurso como produto de relações entre indivíduos que se põem no mundo dessa e não de outra forma¹⁹ implica-lhe a *análise imanente*. Essa atitude denota a necessidade de designação do *em-si* discursivo, daquilo que verdadeiramente é, e que só se põe em relação ao mundo; implica considerar suas respostas às exigências dessa mesma sociedade, logo sua capacidade de exercer alguma influência na existência e na estrutura do grupo social. Implica, também, não permitir que os dados lingüísticos falem por si sós sem o apoio de referências históricas e teóricas que possibilitem a captação da heterogeneidade discursiva. Ao se pretender um tratamento analítico de um discurso, tendo-se por princípio as qualidades imanentes desse discurso, a sua essência objetiva há de ser considerada a análise, em uma perspectiva de totalidade, com procedimentos metodológicos que relacionem o discurso ao todo da sociedade num dado momento histórico.

2 SOBRE O OBJETO DE ESTUDO: o discurso da ABESS

A historicidade do discurso sobre a formação do assistente social se define em relação à do Serviço Social no Brasil, que caminha *pari passu* com a instauração do capitalismo no país; assim também o processo de formação profissional dos assistentes sociais, estando estreitamente vinculado ao processo do ensino superior, segue uma trilha definida pelos grupos dominantes interessados na consolidação do sistema capitalista na sociedade brasileira.

Em função desses interesses, o ensino superior, no Brasil, sofreu inúmeras reformas, marcadamente a reforma universitária de 1968²⁰, determinando que a universidade se consubstanciasse num espaço para a formação de profissionais que respondessem às exigências do mercado de trabalho. Nesse quadro, os cursos de Serviço Social têm seus currículos aprovados pelo Conselho Federal de Educação – CEF – em 1970, de acordo com o parecer 242/70. O currículo refletia a ideologia desenvolvimentista de 1964 a 1967, expressando uma grande preocupação com a cientificidade profissional, caracterizada pelo metodologismo que marcava as profissões de natureza interventiva²¹.

Em fins da década de 70, com a rearticulação e o aparecimento de novas forças políticas, inserindo-se nesse quadro o movimento de profissionais e estudantes de Serviço Social, põe-se nos debates a questão da formação dos assistentes sociais. É nesse contexto

que, em 1975, por ocasião da XIX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, realizada em Piracicaba, interior de São Paulo, iniciam-se as discussões acerca da necessidade de revisão dos currículos de Serviço Social. Esse assunto permaneceu como principal ponto de pauta de muitos outros eventos da categoria e, particularmente, das programações da ABESS, destacando-se, a nível nacional, a XX Convenção, em Belo Horizonte, em 1977; a XXI Convenção, em Natal, em 1979 e a XXII Convenção, em Vitória, em 1981.

Para que pudéssemos adentrar na interioridade do discurso e efetivar sua análise, estivemos norteados pelo seguinte pressuposto: o discurso da ABESS é um discurso que tem uma formação ideológica e discursiva do ponto de vista da classe trabalhadora, mas seus limites estão definidos dentro da lógica da sociedade capitalista. Se é dado ao sujeito a possibilidade de, através de sua capacidade reflexiva superar a imediaticidade com que se põe uma realidade, apreender a sua lógica, decifrá-la e reconstituí-la, dando-lhe a forma de um discurso, é evidente que os limites encontrados no discurso são também postos pelos limites dessa processualidade social apreendida pelo sujeito.

No caminho percorrido para a sistematização da análise a que se procedeu, deparamo-nos com a tensão entre o dito e o não-dito. O que está dito, pela forma lingüística, pelo conteúdo semântico e pela própria condição de relativo acabamento, nos permite captar o não-dito, omissos nessa forma imediata com que o discurso se apresenta. Assim é que, antes de privilegiar as variações semânticas de uma palavra, consideramos o modo pelo qual essas palavras constituem partes integrantes de um todo discursivo, como contribuem para o estabelecimento do sentido, qual a sua função nas estratégias do discurso. Daí por que recorreremos às teorias lingüísticas da argumentação,

porque elas liberam estratégias argumentativas tão discretas e sutis quanto eficazes, porque questionam o enunciador e o co-enunciador. Longe de serem superpostas às estruturas, estas estratégias só se manifestam à medida que a própria organização da língua é condicionada por esta necessidade de agir sobre outrem. Nesta perspectiva deve ser compreendido particularmente o fato de que a argumentação da linguagem se apóia freqüentemente sobre o implícito: o implícito não é uma lacuna

presente em uma alocução que de direito, deveria ser explicável, mas constitui uma dimensão essencial da atividade discursiva"²²

Partindo das marcas que constituem o texto, apoiada numa referência teórica capaz de articular os *fragmentos* do discurso, encaminhamo-nos para uma *significação concreta* do material analisado. Por *significação concreta* entendemos a essencialidade histórica do discurso, sua indissociabilidade de uma dada formação social e, portanto, das formações ideológicas que se conflitam e que impulsionam a efetivação dessa sociedade particular.

Analisamos o discurso da ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social –, procurando tornar explícitas as marcas constitutivas que remetem à apreensão da realidade objetiva na qual se põem as possibilidades e os limites desse discurso.

Tomamos, então, o discurso como uma particularidade, um campo de mediações, que possibilita o acesso à realidade objetiva, consubstanciada pelo entrelaçamento da singularidade com a universalidade.

É óbvio que em nossas relações diretas com a realidade tropeçamos sempre diretamente com a singularidade (...) pois tudo o que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular, ou uma conexão única de singularidades; é sempre um isto singular, um aqui e agora singular²³.

Porém, a imediata singularidade é muda, sua indizibilidade só é superada se for remetida ao universal. Essa conexão confere voz à singularidade, pois esta "é posta a falar através de uma abstração, algo contrário à sua qualidade concreta na imediaticidade"²⁴. Uma singularidade imediata se transfigura numa abstração dizível (lingüística e intelectualmente). Esse processo é seqüenciado pela volta ao outro extremo. Dada a voz à singularidade, agora abstração dizível, efetua-se o retorno ao concreto por meio de mediações que unem os dois extremos, singularidade e universalidade, e assumem a forma da particularidade.

O particular é, nessa tríade indissociável (singularidade, universalidade e particularidade), "categoria portadora da 'função criadora de determinação', seja delimitando o universal, seja expandindo o singular"²⁵. O particular é um campo de

mediações, um âmbito de jogo, é a "síntese de muitas determinações", a "unidade da diversidade", nunca um bloco compacto, completo e fixado.

Acompanhando essa lógica interna do discurso, que nos é dada pela sua análise imanente, podemos chegar a uma organização da forma como expomos o resultado da análise que realizamos do discurso da ABESS. Pode-se compreender a posição que essa instituição assume diante do confronto de formações ideológicas que fundamentam formações discursivas diversas numa dada formação social. Registraram-se, também, os limites da postura da entidade ante as determinações de uma sociedade regida pela lógica do capital. Por fim, mostrou-se como o discurso da ABESS procurou na década de 1980 relacionar o discurso sobre a formação profissional que se processava no interior da universidade com as questões mais amplas da sociedade em que está inserida uma prática profissional. Para que esse debate se procedesse, a ABESS assumiu uma postura teórica de rigor científico que resgata o papel da universidade em formar profissionais com competência, saber crítico e comprometidos com os interesses das classes subalternas.

Na experiência de Análise do Discurso que realizamos na década de 1990, a partir de uma interlocução com o pensamento lukacsiano e bakhtiniano empreendemos uma reflexão acerca dos conceitos de ideologia e discurso que nos permitiu compreender que o discurso da ABESS aponta para uma reflexão crítica do Serviço Social, levantando alguns elementos que ainda hoje estão presentes e não podem deixar de ser considerados no debate sobre a especificidade dessa profissão e da formação profissional dos assistentes sociais.

Não pretendemos, nem ontem nem hoje, chegar ao final deste trabalho dando a impressão de que todos os recursos foram empregados na análise a que procedemos. A lógica imanente do discurso nos indica que uma atitude conclusiva é, ao mesmo tempo, uma atitude discursiva por veicular a possibilidade de contraposições. Abre-se o debate quando se constata que o acabamento de um texto é relativo, que suas argumentações se sustentam quando consideradas em relação às circunstâncias discursivas em que foram empregadas. Portanto, toda intencionalidade de atribuir um ponto de chegada a esse processo de reflexão e análise do discurso se consolida alicerçada na certeza de que prevalece um movimento de continuidade e ruptura inerente a todas as formas de manifestação do ser social.

Acreditamos que esse trajeto apenas nos deixou mais fortalecidos para continuar unidos àqueles que vêm, no fim, o desafio de um começo.

IDEOLOGY AND DISCOURSE : APPROXIMATION OF THE DISCOURSE ANALYSIS TO THEORIES OF LUKÁCS AND BAKHTIN

In that study a discussion is made about the concepts of ideology and discourse based on the lukacsiano and bakhtiniano thoughts. It is understood that the discourse is not away from the social practices, because of that this is concretely in the world mediated by a reflexion work. It is demonstrated that the Discourse Analysis permits the apreension of objective reality which have the possibilities and the limits of a discourse.

Keywords: Ideology. Discourse. Social practices.

NOTAS

Este artigo é parte da minha dissertação apresentada ao Programa de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas, em 1994, sob a orientação do Professor Dr. Ingo Voese, a quem dedico este trabalho. Trata-se de um resumo do estudo que teve como objetivo observar as relações que se estabelecem entre o discurso e a realidade social. Para isso, procedeu-se a uma análise do discurso da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS – que tem como uma de suas formas de concreção um projeto de Pesquisa sobre a Formação do Assistente Social no Brasil, desenvolvido durante a gestão 83-85 da referida entidade. A dissertação foi estruturada em quatro capítulos e recebeu o título de “Análise do Discurso da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social: desvendando os limites da profissão”.

- ² Graduada em Serviço Social com mestrado e doutorado em Lingüística. Professora da Universidade Federal de Alagoas
- ³ "(...) do ponto de vista filosófico, a doutrina do sujeito pensante começa com Descartes e vai encontrar seu coroamento em Hegel, sobretudo em sua filosofia do espírito e da elevação da consciência até o 'saber absoluto' " – JAPIASSU, H. – Nascimento e morte das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 176
- ⁴ LUKÁCS, G. "O problema da ideologia", versão italiana de Alberto Scarponi (1981). Traduzido por Ester Vaisman, 1986, cópia mimeografada, p. 8.
- ⁵ LESSA, Sérgio – *Sociabilidade e individuação – a categoria da reprodução na ontologia de G. Lukács*. Dissertação de Mestrado em Filosofia, Belo Horizonte, UFMG, 1990, p. 24, mimeo.
- ⁶ A complexidade da famosa contribuição de Marx "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas é, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência", conduziu Lukács (idem, p.9) à necessidade de caracterizar com mais precisão o que se entende por ideologia.
- ⁷ LUKÁCS, idem, p. 9-10.
- ⁸ Legalidade da língua em Lukács – "O desenvolvimento da linguagem procede por leis próprias, mas em uma articulação contínua (...) com a sociedade de cuja consciência ela é órgão. (...) As mudanças na legalidade da língua procedem do complexo social" – A reprodução, tradução de Sérgio Lessa, mimeo. Belo Horizonte, 1990, p. 84.
- ⁹ No primeiro capítulo da dissertação apresentou-se uma reflexão acerca dos conceitos de singularidade, particularidade e universalidade desenvolvidos por José Chasin, a partir de Lukács, num texto inédito "Lukács: vivência e reflexão da particularidade". In: Ensaio nº 9, São Paulo: Ensaio, 1982.

- ¹⁰ "A análise do discurso na França é sobretudo – e isto desde 1965, aproximadamente – assunto de lingüística (...) mas também de historiadores (...) e de alguns psicólogos (...). A referência às questões filosóficas e políticas surgidas ao longo dos anos 60 constitui amplamente a base concreta transdisciplinar de uma convergência da questão da abordagem discursiva dos processos ideológicos" (PÊCHEUX, apud MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes, 1989, p.10). No momento da realização do mestrado não estudamos Pêcheux, mas autores que tratavam sobre esse pensador. No doutorado, contudo, nossas pesquisas tomaram Michel Pêcheux como ponto de partida para resgatar a interlocução da Análise do Discurso com o Marxismo.
- ¹¹ BAKHTIN, Michail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 113.
- ¹² Na busca de alternativas para a grave situação que perturba a organização da sociedade, o pensamento contemporâneo levanta a bandeira da "razão especulativa" que fala pelo mundo, que convida o mundo aos vãos mais espetaculares. A essa razão especulativa contrapõe-se a razão transformadora caracterizada pelo saber ontologicamente fundado no mundo real. Vale conferir os estudos de Chasin publicados pela editora Ensaio, especificamente este: CHASIN, J. 'Marx – da razão do mundo ao mundo sem razão'. In: Marx Hoje, Cadernos Ensaio nº 1, São Paulo, Ensaio, 1987.
- ¹³ Apenas para lembrar alguns nomes: J.Gianotti, José Paulo Netto, Leandro Konder, José Chasin, Belmira Magalhães, Sérgio Lessa, Ivo Tonet.
- ¹⁴ Esses conceitos são bastante discutidos hoje em dia no campo da Análise do Discurso. Tratamos sobre vários conceitos que constituem o quadro teórico desse campo de conhecimento em nosso livro "Discurso e Relações de Trabalho", editado e publicado pela Editora da Universidade Federal de Alagoas – EDUFAL, Maceió, 2005.
- ¹⁵ BAKHTIN (op.cit.) p. 41.
- ¹⁶ Idem, ibidem. p. 313
- ¹⁷ Na perspectiva de Bakhtin, enunciado significa discurso. Nesse estudo, trabalhamos com a terminologia *discurso*, sempre compreendendo sua equivalência com o termo *enunciado* empregado muitas vezes por Bakhtin.
- ¹⁸ "A palavra é o fenômeno ideológico por excelência (...) a realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo". (BAKHTIN, idem, p. 36). São propriedades da palavra – pureza semiótica, neutralidade ideológica, interiorização (material semiótico da vida interior, da consciência) "A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico não sobra nada"(idem.ibdem, p.36)
- ¹⁹ MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Martins Fontes, 1983 p. 201-6.
- ²⁰ MARX, K. A ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1986, p.37.
- ²¹ LUKÁCS, apud Chasin – O integralismo de Plínio Salgado. São Paulo, Ciências Humanas, 1987, p.67.
- ²² BAKHTIN – Marxismo e filosofia da linguagem, 1992.
- ²³ CHASIN (op.cit.), 1987, p. 66.
- ²⁴ Indivíduos organizados a partir das determinações sociais inerentes a uma formação social regida pelo capital.
- ²⁵ "Mais do que uma diretriz para a reorganização do conjunto do ensino superior no Brasil, a lei da reforma universitária de 1968 trazia normas bastante rígidas para a reestruturação da universidade pública, em especial das universidades federais. Era a generalização do modelo norte-americano de universidade, não faltando a fragmentação do ano letivo; o regime de créditos; a divisão do currículo em uma parte geral (como o college) e outra profissional: os cursos de curta duração; o regime departamental; a pós-graduação; o taylorismo como regra de organização do trabalho, o campus segregado da cidade; e outras características". CUNHA, L. Antônio – Qual universidade? São Paulo, Cortez, 1989, p. 40.